

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 12, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Acresce o § 8° ao art. 54 da Lei nº 1.553, de 11 de junho de 2008, para conceder o direito de auxílio-saúde aos conselheiros tutelares, conforme especifica.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40 da <u>Lei Orgânica do Município</u>, adota a presente Medida Provisória, com força de Lei:

**Art. 1º** O art. 54 da <u>Lei nº 1.553, de 11 de junho de 2008</u>, passa a vigorar acrescido do § 8°, com a seguinte redação:

| "Art. | 54. | <br> | • • • • • | <br>•••• | <br> |
|-------|-----|------|------|------|------|------|------|------|------|-----------|----------|------|
|       |     | <br> |           | <br>     | <br> |

§ 8º O conselheiro tutelar faz jus ao auxílio-saúde de que trata o art. 2º da Lei nº 2.979, de 16 de novembro de 2023, que dispõe sobre a criação do Programa Auxílio-Saúde Suplementar do Servidor Público do Município. (NR)"

**Art. 2º** Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 18 de novembro de 2025.

## **JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS**

Prefeito de Palmas

Este texto não substitui o publicado no Domp nº 3.840 de 18/11/2025